

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008359-14.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Cruz Vermelha Brasileira - Filial do Estado de São Paulo**
 Requerido: **Luiz Carlos Maduro Junior**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO propôs ação de cobrança contra **LUIZ CARLOS MADURO JUNIOR**. Alega, em resumo, ser mantenedora do Hospital dos Defeitos da Face, tendo prestado serviços médicos ao requerido a partir de 18 de abril de 2015, oportunidade em que ele assinou ficha de internação e contrato de prestação de serviços. Como o requerido não efetuou os pagamentos, a presente ação foi necessária.

Citada pessoalmente (fl. 100), a parte requerida não se manifestou (fl. 102).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do disposto no artigo 355, incisos I e II, do Novo Código de Processo Civil.

O réu, devidamente citado com as advertências inerentes à sua inércia, deixou de contestar a ação (fl. 102). A ausência de defesa acarreta na revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pela parte autora. Isso, porém, não leva necessariamente à procedência, sendo pertinente a análise da questão.

A parte ré, segundo os documentos de fls. 29/36, realmente usou dos serviços da autora, de forma particular e, portanto, deve arcar com o pagamento das despesas respectivas.

A planilha de fl. 37 evidencia os débitos iniciais, com as devidas correções e multa e, dessa forma, caberia ao requerido demonstrar o pagamento, visto ser impossível à autora prova negativa. Como nada veio, o deslinde é de rigor..

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial de cobrança nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, condenando o réu a pagar o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

montante de R\$5.478,44, devidamente corrigido até a data do pagamento, pelos índices da Tabela Prática de Atualização de Débitos Judiciais do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. Os juros de mora incidem no montante de 1% ao mês e devem ser contados da citação.

Sucumbente, condeno o réu ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente a parte autora, planilha atualizada do débito, nos termos do art. 509, §2º, e 523, do NCPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente. Caso não haja pagamento, a exequente indicará bens da executada aptos à penhora (no prazo de 10 dias) e expedir-se-á mandado para a penhora, remoção, avaliação.

Oportunamente, archive-se.

PIC

São Carlos, 25 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**